

# ANÁLISE POLÍTICA

ANO 4 • 101<sup>a</sup> EDIÇÃO

BRASÍLIA,  
01 DE JUNHO DE 2023



## Congresso Nacional aprova a nova composição ministerial

Com o início do novo governo, o Poder Executivo publicou a MPV 1.154/2023, que alterou a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. O número de pastas foi ampliado de 23 para 37 e diversas atribuições estabelecidas no último governo foram transferidas entre ministérios, o que gerou descontentamento entre setores políticos e da sociedade civil organizada.

Após intensa negociação política, **o governo federal conseguiu, no último dia de vigência, a aprovação da MPV 1.154/2023 tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal. No Boletim Político dessa semana, iremos tratar quais foram as mudanças aprovadas pelos congressistas na composição ministerial, bem como os impactos para o cooperativismo.**



## 56ª Legislatura e 57ª Legislatura. O que mudou no Executivo?

A alteração na composição ministerial é um dos primeiros atos realizados por um governo eleito e traz um panorama das prioridades estabelecidas pelo novo Poder Executivo. Com o início da atual legislatura, os 23 ministérios anteriores foram expandidos pra 37, com a criação das seguintes pastas de interesse para o cooperativismo:



## **MPV 1.154/2023 – Quais alterações foram feitas pelo Legislativo?**

Apesar da organização ministerial ser competência privativa do Poder Executivo, conforme previsto na Constituição Federal, cabe ao Poder Legislativo aprovar as mudanças realizadas por meio da Medida Provisória. Desta forma, com a tramitação da MPV 1.154/2023, ficaram evidentes as manifestações parlamentares sobre a necessidade de alterações da estrutura do Poder Executivo.

**As seguintes pastas sofreram modificações:**

### **Quem perdeu:**

- ❖ **Ministério Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas**
- ❖ **Ministério dos Povos Indígenas**
- ❖ **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**

### **Quem ganhou:**

- ❖ **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicas**
- ❖ **Ministério das Cidades**
- ❖ **Ministério da Justiça e Segurança Pública**
- ❖ **Ministério da Agricultura e Pecuária**
- ❖ **Fundação Nacional da Saúde**

## Gestão Compartilhada da Conab

Um dos pontos de maior dissidência entre o Executivo e Legislativo foi a transferência da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do antigo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o novo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Com a mudança, houve manifestações sobre a burocratização das ações de comercialização, abastecimento e armazenagem do governo federal.

A saída encontrada pelo Parlamento para o imbróglio foi **dividir a gestão da Conab entre o Ministério da Agricultura e Pecuária e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.**



## Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Outro ponto de debate foi qual seria **o local mais adequado para alocar a atribuição do Cadastro Ambiental Rural (CAR)**, originalmente a cargo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. O Parlamento julgou mais condizente com o interesse público sua **transferência para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com o argumento de unificar o cadastro às demais competências afetas à gestão pública.**

Além disso, também foi transferido para o Ministério das Cidades três sistemas de informação sobre saneamento básico.



## Demarcação de terras indígenas

Com relação ao Ministério dos Povos Indígenas, **o reconhecimento e demarcação das terras e dos territórios indígenas foi transferido para o Ministério da Justiça e Segurança Pública**. O argumento utilizado foi a importância da neutralidade nos julgamentos afetos ao tema e a possibilidade de que o Ministério dos Povos Indígenas possa defender mais abertamente as demarcações.



MINISTÉRIO DOS  
POVOS  
INDÍGENAS

## Fundação Nacional da Saúde (Funasa)

A Funasa tem como função fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças e formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

A MPV 1.154/2023 extinguiu a Funasa e transferiu suas atribuições para o Ministério da Saúde e o Ministério das Cidades. **Com a tramitação pelo Parlamento, foi aprovado destaque que supriu o artigo que dispunha sobre a extinção, consequentemente recriando a fundação.**



## **Quem ganhou e quem perdeu nas alterações ministeriais**

As alterações realizadas pelo Parlamento tornaram visíveis as dificuldades que o Poder Executivo tem enfrentado na articulação política junto ao Legislativo. Por outro lado, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, saiu fortalecido da articulação por ter sido o grande fiador do acordo político construído para que a medida provisória da organização ministerial não caducasse, resultando no retorno à estrutura anteriormente construída no último governo.



**Arthur Lira,  
Presidente da  
Câmara dos  
Deputados**



**Rui Costa, Ministro-  
Chefe da Casa Civil**



**Alexandre Padilha,  
Ministro-Chefe da  
Sec. de Relações  
Institucionais**



**Luiz Inácio Lula da  
Silva, Presidente da  
República**

Acesse as edições anteriores.



Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb